

IMPACTOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO DOS JOVENS: UM DIÁLOGO COM OS DOCENTES

IMPACTS OF GENDER VIOLENCE IN YOUTH EDUCATION: A DIALOGUE WITH TEACHERS

Patrícia Daniela Maciel¹
Gabriela Chicuta Ribeiro²
David Rodrigues³
Isabelle Reganhã Saldanha⁴

Resumo: Este artigo reúne reflexões de docentes a respeito da relação entre a violência de gênero e os jovens da educação básica. É um trabalho resultante de um projeto de pesquisa intitulado “Abjeções e subversões na Educação: os discursos de gênero dos docentes realizado no IFPR, Campus Colombo-PR. O objetivo é apresentar uma análise das narrativas de sete professores do Ensino Médio que atuam na rede pública de ensino onde o estudo foi realizado, enfatizando como a violência de gênero tem ocupado as escolas e como eles subvertem as práticas sexistas e discriminatórias. Tem-se como base os Estudos Feministas, de Gênero e da Teoria Queer. Para os professores pesquisados a escola é lugar de violência em relação ao gênero, verbal e física, principalmente, a partir das falas machistas e homofóbicas dos estudantes e das práticas de desmerecimento e assédio sexual contra as meninas. Para os professores há “um combo de preconceitos” na sala de aula que envolve, por exemplo, o gênero e o racismo. Como mecanismos de enfrentamento e regulação há, por parte deles, uma produção discursiva de temas como a violência contra a mulher, naturalização das identidades sexuais, machismo e preconceito contra homossexuais que acabam constituindo algumas práticas de defesa dos direitos humanos no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação básica, discurso, violência de gênero.

Abstract: This article brings together teachers' reflections about the relationship between gender violence and young people in basic education. It is a study resulting from a research project entitled "Abjections and subversions in Education: the gender discourses of teachers held at IFPR, Campus Colombo-PR. The aim is to present an analysis of the narratives of seven High School teachers who work in the public school system in the city where the study was made, emphasizing how gender violence have occupied schools and how that subvert sexist and discriminatory practices. It is based on the feminist and gender studies and in the Queer Theory. For the teachers researched, the school is a place of verbal and physical violence in relation to gender, mainly, from the sexist and homophobic statements of the students and the practices of demerit and sexual harassment against girls. For teachers, there is a "bundle of prejudices" in the classroom that involves, for example, gender and racism. As mechanisms of confrontation and regulation there are, on their side, a discursive production of themes such as violence against women, naturalization of sexual identities, machismo and prejudice against homosexuals that end up constituting some practices of defense of human rights in the school space

Keywords: Basic education, discourse, gender violence.

¹ Doutora em Educação. Pedagoga do Campus Colombo/IFPR. patricia.maciel@ifpr.edu.br

² Mestre em Educação. Docente do Campus Colombo/IFPR. gabriela.chicuta@ifpr.edu.br

³ Estudante do Curso Técnico em Informática. Campus Colombo/IFPR. david.rodrigues1998@gmail.com

⁴ Estudante do Curso Técnico em Informática. Campus Colombo/IFPR. belle.saldanha@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As violências de gênero, no Brasil, vêm ocupando as ruas, casas, escolas e universidades e têm causado um impacto negativo na vida e na educação de jovens, principalmente nos grupos de mulheres e sujeitos LGBTTTs. Apesar dos movimentos feministas e *queer* ainda há muito que se fazer em torno da garantia de direitos das mulheres e dos gays, das lésbicas e transexuais. De acordo com os estudos de Junqueira (2009), Saffioti (1994), Louro (2008a), Caetano (2005) e os relatórios que pesquisam a violência contra a mulher⁵ e as práticas homofóbicas, entre outros, percebe-se que a violência de gênero não é um fato novo e está crescendo, ano a ano, fazendo com que tenhamos em nosso país uma das taxas mais altas de violência de gênero no mundo.

Os dados estatísticos têm demonstrado que apesar dos investimentos, nos últimos 20 anos, em políticas de defesa para os direitos humanos e das mulheres, ainda há elevados índices de assassinato de mulheres, gays, lésbicas e transexuais no nosso país. Que essas violências se expressam de diferentes formas, a partir de ironias, piadas, hostilizações, ameaças, lesões corporais, agressões, feminicídios, assassinatos e que, muitas vezes, essas violências são decorrentes da invisibilidade dos conflitos de gênero, inclusive nos espaços que deveriam ser de aprendizagem e proteção das crianças e dos jovens, como as escolas e as salas de aula.

De acordo com um estudo de Abramovay (2002, p.78), que trata da escola e da violência, a instituição escolar vem enfrentando dificuldades cotidianas, “que provêm tanto dos problemas de gestão e das suas próprias tensões internas quanto da efetiva desorganização da ordem social”. Para a autora, a escola não é mais um espaço resguardado, mas a causa, consequência e espelho dos problemas que os jovens enfrentam relativos às situações de vulnerabilidade social e institucional, às crises e conflitos de valores.

⁵ Mapa da Violência contra a mulher.

Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf.

Considerando esse contexto, e buscando contribuir com a discussão em relação à violência e o gênero, o presente artigo se propõe a analisar o impacto da violência de gênero na vida de estudantes jovens, da educação básica, a partir das narrativas dos docentes⁶. O objetivo do texto é apresentar uma reflexão dos depoimentos de professores do Ensino Médio, que atuam na rede pública do município Colombo/PR, enfatizando como compreendem este tipo de violência e como subvertem, ou não, as práticas sexistas e discriminatórias nas salas de aula.

A pesquisa foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas com sete professores de duas escolas públicas. As escolas foram selecionadas a partir de dois critérios: fazer parte do município investigado e oferecer a educação básica, especificamente, o Ensino Médio. A seleção dos docentes deu-se a partir do aceite do convite realizado nas próprias instituições escolares no ano de 2016 e 2017. O roteiro de questões priorizou as discussões sobre o gênero na sala de aula e a análise dos resultados baseou-se nos estudos de Benjamin (1983), Larrosa (2010), Agamben (2008) e Foucault (2009^a) em que a história do narrado é entendida como uma versão que os sujeitos têm de si e das suas experiências e não como algo que eles guardam na memória.

A perspectiva teórica está baseada nos Estudos Feministas, de Gênero e da Teoria *Queer*. Mais especificamente no conceito de gênero em Judith Butler (2010), em que a noção de identidade de gênero é desconstruída a partir da problematização da dicotomia sexo/gênero e no conceito de violência de gênero em Heleieth Saffioti (2001), em que a problematização do patriarcado contribui para entendermos, principalmente, a produção simbólica da violência.

O texto focaliza como os docentes compreendem a escola e a violência de gênero, principalmente, a partir das falas machistas e homofóbicas na instituição escolar. Analisa-se, portanto, a produção discursiva de gênero no campo do enfrentamento de assuntos como a violência contra mulher, naturalização das identidades sexuais, machismo e preconceito contra

⁶ Este texto é resultante de um projeto de pesquisa intitulado “Abjeções e subversões na Educação: os discursos de gênero d@s docentes”, realizado no IFPR, Campus Colombo, PR.

homossexuais. O artigo está organizado em três partes. Na primeira, discute-se o campo teórico em que a análise está inserida. Posteriormente, é apresentado o contexto da investigação. Após, enfatizam-se os resultados da pesquisa e a análise das falas dos docentes.

2. O GÊNERO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

O conceito de gênero está sendo utilizado, neste estudo, a partir dos referenciais foucaultianos e das obras de Judith Butler, em que a autora discute o sexo e o gênero não como um atributo que os sujeitos têm, mas como um discurso sobre o qual elas se tornam o que são. Analisa-se o sistema sexo/gênero como um processo de interpelação. Como um processo contraditório que permite aos sujeitos investimentos na produção de si.

O gênero não está sendo entendido, aqui, como uma descrição de um comportamento sexual construído sobre um corpo, sobre um determinismo biológico. O conceito de sexo não está sendo analisado dentro de uma perspectiva feminista que vê o sexo independente do gênero, mas sim dentro de um movimento teórico e epistemológico feminista que arranca a sexualidade da natureza e do “fundacionalismo biológico” (Nicholson, 2000, p.06). Podemos pensar que as pessoas diferem não apenas naquilo que sentem, como se comportam ou agem, mas na forma como entendem o corpo. Conseqüentemente, questões como masculino e feminino precisam ser consideradas variáveis múltiplas, como:

[...] diferenças que vão "até o fundo" — aquelas diferenças ligadas não só aos fenômenos limitados que muitas associamos ao "gênero" (isto é, a estereótipos culturais de personalidade e comportamento), mas também a formas culturalmente variadas de se entender o corpo (NICHOLSON, 2000, p.06).

De acordo com Butler (2010) é importante compreender que não há uma divisão sexo/gênero; que não há um sexo natural sobre o qual o gênero possa ser socialmente construído; que não há um feminino ou um masculino que pode ser representado; que não há um sujeito homem ou mulher; não há

um corpo natural, não há sexo, que já, e desde sempre, não tenha sido gênero. Para a autora todos os corpos são generificados:

[...] talvez o próprio constructo chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2010, p.25).

O sexo e gênero podem ser vistos como discurso, como modos discursivos, como espaços linguísticos e culturais que ao entrar em contato com outros espaços, sujeitos e relações de poder, deslizam e deslocam-se, formando modos não idênticos de viver e intervir. O sexo e o gênero são, assim, *constructos* performativos que se fazem pela linguagem e pela cultura (Louro, 2008b):

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vêm sendo constantemente atravessadas e o que é ainda mais complicado admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. A posição de ambigüidade entre as identidades de gênero e/ou sexuais é o lugar que alguns escolheram para viver (LOURO, 2008b, p.21).

A violência de gênero, neste sentido, pode ser interpretada como um dos efeitos da imposição da heteronormatividade compulsória (Butler, 2010), da visibilidade que o grupo *queer* tem reivindicado, da exuberância que a diversidade sexual tem causado nas escolas. Pode ser vista como reações aos processos de autorização que o patriarcado, como projeto de dominação-exploração dos homens, permitiu sobre as mulheres, crianças, adolescente e jovens, de diferentes orientações sexuais.

O projeto de dominação e exploração é, portanto, um “processo de sujeição de uma categoria social sobre a outra” (Saffioti, 2001, p.117). Um projeto em que a ordem androcêntrica e masculina legitima o domínio de uns sobre os outros. Entretanto, a ordem masculina, como bem adverte a autora, não se refere apenas ao privilégio dos homens sobre as outras categorias, mas também à forma como as referências masculinas tornam-se universais.

A violência de gênero está sendo entendida como estratégia discursiva de normatização e naturalização do poder patriarcal. Faz-se necessário, assim,

compreender como a “máquina patriarcal”, como a violência física e simbólica, instituída pelo processo de dominação e exploração produz os processos de naturalizações de violências de gênero nas escolas, como os discursos de poder da dominação masculina capturam os sujeitos a fim de se constituir como uma matriz dominante (SAFFIOTI, 2001).

O intuito é usar o conceito de gênero para reconhecer as razões do uso dos discursos de gênero como geradores da violência contra as mulheres e os sujeitos LGBTTTs. É tornar visível a existência da violência por razões de gênero.

3. O CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada em duas escolas que atuam com o Ensino Médio no município de Colombo, PR. As escolas foram selecionadas a partir de dois critérios: fazer parte do município selecionado e oferecer a educação básica, especificamente, o Ensino Médio. As instituições educativas selecionadas foram o Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga⁷ e o Colégio Estadual Colombo EFM. O Colégio Estadual Antônio Lacerda Braga CE-EFM Profissionalizante possui 54 turmas e 1.657 matrículas, sendo 29 turmas e 957 alunos no Ensino Médio. O Colégio Estadual Colombo – EFM⁸ possui no total 9 turmas e 216 alunos, sendo, 04 turmas e 73 alunos no Ensino Médio.

Vale destacar que o estado do Paraná possui 32 Núcleos Regionais de Educação, 399 municípios, 2.148 escolas estaduais, 46.540 turmas da Rede Estadual e 1.095.201 alunos matriculados⁹. No município de Colombo encontram-se 25 escolas estaduais de Ensino Médio e, entre elas, uma com Educação de Jovens e Adultos – CEEBJA.

Primeiramente, foi realizado um encontro para o convite dos docentes para participarem da investigação, em que houve quatorze professores

⁷ Endereço: Rua Abel Scussiato, 140 - Alto Maracanã, Colombo - PR, 83408-280.

⁸ Rod da Uva, 693 - Roça Grande - Colombo – PR, 83.402-000.

⁹ <http://www.consultaescolas.pr.gov.br>

interessados e, posteriormente, foram agendadas e realizadas, individualmente, as entrevistas com sete¹⁰ professores das duas escolas:

Quadro 1 – Quantidade de professores, disciplinas ministradas e carga horária dos docentes:

Professores E.M.	Disciplinas Ministradas	Carga Horária
P1	Filosofia e História	40h
P2	História	40h
P3	Sociologia	40h PPS
P4	Educação Física	40h
P5	Filosofia	40h
P6	Matemática	40h
P7	Artes	40h

No momento da pesquisa, todos os professores investigados atuavam nas suas áreas de formação, de acordo com o quadro acima, e três deles haviam concluído um curso de especialização na área de gênero.

As pesquisas foram organizadas de forma semiestruturadas, em que os depoentes iam respondendo a um roteiro de perguntas e, também, iam comentando e trazendo outras percepções. O roteiro de questões priorizou as discussões sobre o gênero na sala de aula e na escola onde atuam. Entre elas, como percebiam e tratavam na sala de aula e escola, em geral, as diferenciações entre meninos e meninas, o machismo, a violência entre meninos e meninas e entre alunos de diferentes orientações sexuais, os/as estudantes gays, lésbicas e bissexuais, as situações de assédio sexual, aborto e/ou violência doméstica, as políticas educacionais e as orientações pedagógicas que instruem sobre a educação de gênero.

A coleta e a análise de dados tiveram como inspiração e base teórica a história oral e o método biográfico seguindo as reflexões de Benjamin (1983; 1996), Agamben (2008) e Larrosa (2010), que entendem a narrativa não como um processo linear de busca pela memória, mas como uma versão dos

¹⁰ O recorte na quantidade de professores investigados se deu em decorrência do tempo para a realização das entrevistas e análise dos dados.

acontecimentos. A reflexão dos dados se focou nas entrevistas entendendo-as como o lugar e/ou a possibilidade onde os professores podem refazer os sentidos dos discursos de gênero e das suas próprias experiências docentes. Como um momento autobiográfico em que eles analisam e se autoanalisam (Benjamin, 1983; 1996), pela prática discursiva (Foucault, 2009a). E como uma possibilidade em que eles têm para falar e produzir significações sobre os sujeitos engendrados (Butler, 2010).

A análise dos dados centrou-se em quatro aspectos, a concepção de gênero dos docentes, como eles abordam ou pretendem abordar a diversidade de gênero na sala de aula, como os professores percebem a violência, o preconceito e a discriminação de gênero e quais os temas que eles gostariam de aprofundar na sala de aula. A partir dos depoimentos analisamos como os professores pensam o gênero na escola, e como atuam com a violência de gênero na docência, tendo em vista que não há como pensar uma educação fora dos efeitos destes discursos.

4. “UM COMBO DE PRECONCEITOS”: OS DISCURSOS DOS PROFESSORES

Para os professores pesquisados a escola tem sido um lugar de violência em relação ao gênero. Ela se manifesta verbal e fisicamente, principalmente, a partir das falas machistas e homofóbicas e das práticas de desmerecimento e assédio sexual contra as meninas. Para uma das professoras entrevistadas há “um combo de preconceitos” (Professora K¹¹, 2016, p. 02) na sala de aula que envolve o gênero e a raça. Ao citar o caso de um aluno que sofreu preconceito ela comenta:

Primeiro que ele era negro, é negro, então, aí além de negro era bicha, assim, sofria o combo do racismo com a homofobia, mas ele conseguiu se formar. Isso não afetava em nada a vida dele, ele tirava de letra e eu falando bem a verdade para vocês, isso eu ouvia, os professores falando dele [...] (Professora K, 2016, p.03).

¹¹ Os nomes dos professores pesquisados foram trocados por letras para assegurar o anonimato dos entrevistados.

Apesar de todos os enfrentamentos ela diz que o aluno conseguiu se formar. Demonstrando a sua inconformidade com este caso, ela comentou que os enfrentamentos em relação à violência de gênero são múltiplos e diários. Entre os problemas estão as discussões de temas como a violência contra a mulher, racismo, naturalização das identidades sexuais, machismo e preconceito contra homossexuais.

Tais dificuldades se dão, de acordo com outro professor, por conta de um ciclo de preconceitos que perpassa a formação das gerações:

O adolescente fica lá de brincadeira, ele fica mexendo com as meninas e tal, e daí quando vai trabalhar esses temas lá na formação, a gente que é o formador ou a gente que é o educador, que deveria ter um pouquinho mais de abertura, um pouquinho mais de reflexão sobre aquele assunto, daí a gente vê o porquê, o jovem é daquela maneira porque é um ciclo, então, a coisa vai passando do pai pra mãe... do pai pro filho e tal, e assim vai, e daí eu percebi certa resistência sim em relação a alguns professores nessa formação que eu tive, nesses assuntos quando vai abordar transexual, homofobia esses assuntos é... bastante complicado assim e a parte da sexualidade, também, eu acho né, eu acho que tem certa resistência" (Professor R., 2016, p.07).

A ideia do ciclo e de resistência comentada pelo professor mostra que o currículo escolar continua como um dos espaços, como a mídia, o cinema, a televisão, os jornais, de produção cultural e controle social e que a representação social da heterossexualidade compulsória ainda persiste como efeito de verdade na escola (Foucault, 2009). Além disso, de acordo com a sua fala, este ciclo é continuado na escola, pelo grupo dos educadores que resistem à educação de gênero.

Em relação à violência contra as mulheres e ao machismo os professores destacam que percebem entre os estudantes vários tipos de agressões, entre eles a ideia do poder dos homens sobre as mulheres. De acordo com um dos professores, alguns estudantes e colegas são adeptos de uma vertente de pensamento de subalternização das mulheres, que nega os direitos sexuais, que defende o controle do corpo feminino pelos homens:

Quando eles vão falar das meninas são sempre com adjetivos estranhos assim, ah aquela menina que namorava todo mundo, por exemplo, chamam de sem vergonha, de outros nomes (Professor N., 2016, p.01).

Uma coisa que eu sempre, que é o clássico na escola: a menina tem vários namorados ou várias relações amorosas, ou relações afetivas, o vulgo "ficar", ela fica com vários meninos, como ela é tachada? Vou

falar a palavra, vagabunda, é essa a palavra que se usa, vagabunda. O menino tem várias relações afetivas, ele é o garanhão, ele é o cara da escola (Professor N., 2016, p.02).

Tem um professor colega nosso da escola que ele trata das relações afetivas que ele tem no particular, ele trata as mulheres como gado. Ele fala meu gadinho, então ele fala isso (Professor N., 2016, p.02).

De acordo com o mesmo professor há um “*apartheid* entre meninos e meninas” (Professor N., 2016, 08) muitas “piadinhas preconceituosas, racistas, homofóbicas” (Professora A., 2016, p.02). Há uma violência contra as meninas, por exemplo, pelo comprimento de suas saias ou *shorts*. O *manterrupting*¹², quando elas não conseguem concluir suas falas na sala de aula. Há, inclusive, segundo a professora, a responsabilização das meninas, que são vítimas, pela publicação de fotos em que elas aparecem nuas na internet. E casos de meninas e das próprias professoras que sofreram “abuso sexual de padrasto, pai, tio, irmão” (Professor N., 2016, p.08).

Outro fator salientado nas entrevistas é a dificuldade dos professores e estudantes em relação ao respeito à diversidade de gênero na escola. Entre os problemas encontrados estão a não garantia do uso do nome social e do banheiro de acordo com a identidade de gênero nas escolas e o não reconhecimento da própria orientação homossexual de estudantes e professores:

A briga maior foi transformar a cabeça dos professores em chamá-la ela de ela, e de S., o nome social, ela conseguiu colocar o nome social. Mas os professores se recusavam a chamá-la de S. E aí eles se recusavam pelas questões: ela não é um.. uma mulher! E a minha religião condena isso! Não existe lei que me obrigue a chamar de S.! Portando, eu vou chamar de C. Mesmo com toda a transformação do corpo.. mesmo com.. toda... vestida no aspecto feminino e etc.(Professor N., 2016, p.05).

Os mais tradicionais dos professores quando a pessoa é gay eles já se afastam, ou vêem como uma pessoa com algum tipo de problema, até tocar, pegar na mão, etc. tem diferença. Esse professor gay disse que quando as pessoas souberam que ele era gay ele percebeu que as pessoas não chegavam perto dele, parece que tem um certo medo. Como se ele fosse passar uma... como se essa pessoa tivesse uma doença e eu vou pegar a doença daquela pessoa. E o tratamento é diferente (Professor N., 2016, p.09).

¹² O termo está sendo usado com base no o artigo “Speaking while Female” (falando enquanto mulher), publicado em 2015 no “The New York Times”, escrito por Sheryl Sandberg, chefe de operações do Facebook, e Adam Grant, professor da escola de negócios da University of Pennsylvania.

Uma colega que tinha assumido né... Que tinha se imposto mesmo. E mesmo assim quando ela tinha uma namorada na escola, segundo ela, a gente não sabia quem era, porque a namorada tinha medo (Professora A., 2016, p.03).

A mãe protege porque é gay (Professora. M. 2016, p.01).

Eu escutei na escola: além de negro é bicha (professora K. 2016, p. 02).

É importante lembrar que as escolas participantes desta pesquisa são estaduais e, portanto, na teoria deveriam seguir a Orientação Pedagógica no 01/2010 – DEDI/SEED, estabelecida pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED/PR, que fez a sugestão de que o uso do banheiro respeite a identidade de gênero da/o aluna/o e a Instrução Conjunta 02/2010, documento que aborda que o nome social de travestis e transexuais deve ser incluído nos registros de classe, boletins e notas expostas em edital nas escolas do estado do Paraná. A inclusão que se realiza é autorizada por força normativa, através de um documento denominado declaração de solicitação, pela/o aluna/o travesti ou a/o transexual maior de 18 anos. No entanto, uma série de documentos não estão incluídos na lista daqueles em que é possível aparecer o nome social, como Histórico Escolar, Certificado, Diploma, Ficha Individual, Relatório Final e Edital de Classificação.

Em relação a estudantes menores de 18 anos foi instituída a *Orientação Conjunta no 02/2017*, que segue praticamente as mesmas recomendações dos outros documentos em relação ao nome social, só com o detalhe de que o requerimento de solicitação de inserção de nome social deve ser feito com por pessoa responsável pela/o estudante.

A orientação pedagógica, portanto, não tem sido seguida, ao contrário, o que se observa é a patologização e os discursos de inferiorização contra os estudantes e professores transexuais, gays ou lésbicas. E que muitas vezes, para aprofundar a diferenciação e os processos de opressão ainda se usa a intersecção entre as relações de gênero e raciais.

Conforme a professora K, há vários alunos gays e alunas lésbicas, os denominados “estranhos” que voltam a estudar no EJA, quando já são maiores de idade, possuem uma independência econômica e liberdade para assumir suas identidades e orientações de gênero. O que evidencia que a escola tem

contribuído para a exclusão e para a evasão dos estudantes homossexuais em idade certa.

Não se pode negar nos discursos dos docentes, portanto, as várias modalidades de "violência de gênero" contra os jovens e, entre os próprios docentes, nas escolas. Entre elas estão a violência doméstica, contra as mulheres e intrafamiliar, trazidas nas histórias dos alunos, em que estão os sofrimentos verbais, físicos e sexuais. As violências verbais e físicas em que imperam os discursos machistas e a homo/lesbo/transfobia nas próprias escolas. Contra as formas de vestir das meninas. Em decorrência das exposições dos corpos das mulheres na internet. Da objetificação do corpo das meninas. Contra o uso do nome social e do banheiro de acordo com a identidade de gênero. Contra a fala das meninas em aula, em público. Contra a liberdade de gênero. E tantas outras.

A escola, portanto, tem sido um *locus* da violência de gênero, um espaço em que o essencialismo biológico e a cultura do patriarcado – baseado na hegemonia masculina – imperam como estruturas de organização da vida social, um lugar de retificação do poder dos homens brancos e heterossexuais sobre os outros grupos. Da continuidade da produção dos estereótipos home/mulher, hétero/homo, natural/artificial. Ou seja, a escola, historicamente, não tem sido neutra nas discussões de gênero, ao contrário, o que ela faz é usar a lógica heterossexual para garantir o controle dos corpos, das masculinidades e feminilidades.

A escola não é apenas um lugar da violência do gênero, mas da própria expropriação do gênero. É evidente que não haveria necessidade de investimentos nos discursos de gênero compulsoriamente heteronormativos, na retificação das funções de homens e mulheres, se fôssemos naturalmente predestinados a cumprir os desejos de nossas estruturas corpóreas. Assim, o que percebemos é que há um grande investimento da escola e dos professores em construir o sistema genitália/sexo/identidade de gênero. Um pedagogização da heterossexualidade na escola.

Contudo, como comenta Louro (2008b), os corpos escapam e por conta do poder e da visibilidade dos “novos” grupos a escola também tem sido o

lugar da contradição. Da indignação em relação aos casos de violência citados. Da complexidade em torno das crenças, das concepções teóricas e das experiências de vida. Da contradição dos discursos de gênero e seus conflitos. Contudo, como ela afirma:

nem mesmo a exuberância das paradas da diversidade sexual, das feiras mix, dos festivais de filmes alternativos permite ignorar a longa história de marginalização e de repressão que esses grupos enfrentaram e ainda enfrentam. Não podemos tomar de modo ingênuo essa visibilidade. Se, por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais, por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2008b, p. 21).

Hoje, a sexualidade continua sendo, pelo discurso, efeito de poder.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise os docentes reconhecem que convivem com o que chamam de “um combo de preconceitos” na sala de aula e que costumam problematizar essas questões tratando dos temas como violência contra mulher, naturalização dos papéis/identidades sexuais, machismo e preconceito contra homossexuais não apenas com conversas, mas, inclusive, com discussões em aulas, com o uso da legislação e dos conhecimentos que adquiriram sobre estes temas em cursos de formação continuada de professores.

Como mecanismos de enfrentamento e regulação há, portanto, por parte deles uma produção discursiva de temas contemporâneos, como a violência contra mulher, identidades sexuais, machismo e homofobia que acabam constituindo algumas práticas isoladas de defesa dos direitos humanos na escola. Contudo, ao tentar explicar a violência de gênero não podemos deixar de registrar, na educação dos jovens, a continuidade da hegemonia masculina, a subordinação feminina, a reprodução da imagem da mulher (cisgênero) vinculada a violência de gênero, a invisibilidade da violência nas redes familiares, escolares e sociais e a dificuldades em problematizar as normas e regras baseadas nas construções sociais dos comportamentos masculinos e femininos.

Por fim, foi possível mapear algumas tipificações das violências, mostrar a base teórica do gênero em que predominam os discursos da produção simbólica da masculinidade, da heteronormatividade compulsória e distinção das sexualidades chamadas normais e desviantes e como essas perspectivas de vida e de mundo são inseridas na formação da subjetividade dos jovens do Ensino Médio e na própria identidade docente.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002. 154p.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008. 175p.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. In: Walter Benjamin, Max Horkheimer, Theodor W Adorno, Jürgen Habermas (Orgs.). **Textos escolhidos**. Trad. José Lino Grünnewald. 7 ed. São Paulo: Abril Cultura, 1983. 343 p. (Os Pensadores).
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 3. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, 236p.
- CAETANO, Márcio. **Gestos do silêncio: para esconder a diferença**. [Mestrado em Educação]. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 5. ed. Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 208p.
- LOURO, Guacira L. **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a. 96p.
- _____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), p.17-23, maio/ago. 2008b.

NICKOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

SAFFIOTI. Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**. n. 16, p. 115-136, 2001.

_____. Violência de Gênero no Brasil Atual. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis. (p.443-461), 1994.

SANDBERG, Sheryl. GRANT, Adam. Why Women Stay Quiet at Work. **The New York Times**, 12. jan. 2015.

WAISELFISZ. Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br>. Acesso em 23 jan. 2018.

Enviado em: 29 set. 2017

Aceito em: 11 jan. 2018

Editor responsável: Alysson Ramos Artuso